

NOSSA OPINIÃO

/// Popularidade de Dilma sobe, apesar do baixo crescimento do PIB. Na corrida eleitoral, ela abre 22 pontos percentuais sobre Marina

PESQUISA E ELEIÇÃO

A visão comum de que o Brasil é o país dos paradoxos, em tantos aspectos, não se aplica à ascensão da popularidade de Dilma Rousseff, e nem na aprovação ao seu governo em meio a baixo crescimento, insatisfações dos mercados, desconfianças do setor privado e duras críticas no exterior à economia brasileira, reiteradas há poucos dias pela revista britânica Economist.

Dilma começa a se recuperar dos arranhões de imagem que sofreu em julho, no clima das manifestações que tomaram as ruas. Naquele mês, segundo pesquisa CNI/Ibope, a avaliação negativa da presidente atingiu 49%, e a aprovação, 45%. Em setembro, a rejeição caiu para 40% e a aprovação subiu para 54%. Em relação ao governo, em julho, 31% dos entrevistados o consideravam bom ou ótimo, 37% regular e 13% ruim ou péssimo. Agora, 37% o avaliam como ótimo; 39%, regular; 22%, ruim ou péssimo (indicador que cresceu muito).

Esses percentuais não são paradoxo ao tom queixoso do meio empresarial. Refletem sensação de conforto econômico de ampla faixa da população. O mercado de trabalho, embora não tão dinâmico quanto antes, se mostra imune à fraqueza do PIB. A taxa de desemprego de 5,3% em agosto é historicamente baixa. Além disso, a renda média da população, de R\$ 1,883, inverteu a queda vista até julho e cresceu 1,7% em agosto. Só o serviço de saúde pública é recorde de reclamações: 74%. Com razão.

E no cenário eleitoral, Dilma recupera parte do desgaste com os protestos nas ruas e abre 22 pontos percentuais de vantagem sobre a ex-senadora Marina Silva, na corrida para o Palácio do Planalto: 38% a 16%. A presidente tem viajado nos Estados e explorado melhor do que antes a mídia espontânea em função do cargo que ocupa.

É açado achar que a tendência é Dilma vencer no primeiro turno de 2014. Em 2006, com a economia forte, esse prognóstico falhou na reeleição de Lula. Em 2010, com mais favorabilidade econômica, também não se realizou com a própria Dilma. Há muita água para correr sob a ponte.

“

EU DIGO QUE...

“Não esperava estar aqui aos 50, estava condenado à morte”

Alexandre Frota
Ator, comentando trechos de sua biografia, onde assume que foi viciado em drogas por 13 anos

“Nós fizemos uma disputa política e nós vencemos. Eles têm que saber perder. Se a gente não souber ganhar, a gente não ganha mais nunca”

Eduardo Campos
Presidente do PSB e governador de Pernambuco, afirmando que a decisão do partido de sair do governo de Dilma foi uma vitória da maioria do partido que defende sua candidatura à Presidência da República

Isabella Batalha Muniz

É arquiteta-urbanista

/// Mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia entre 2001 e 2011, sendo que grande parte nem sequer é notificada

Impunidade

Já havia lido a biografia de Laure Adler sobre grande filósofa alemã Hannah Arendt e não poderia deixar de ver o filme que relata o julgamento do nazista Eichmann. A publicação bombástica no “New York Times” do seu pensamento crítico acerca do caso contrapõe o senso comum: Arendt considera o julgado restrito à sua mediocridade em cumprir ordens e subjugado ao sistema da época. Os inúmeros protestos da comunidade judaica ganharam vigor pelo fato de que também ela era judia e estaria traindo seu povo ao isentar o julgado. O seu pensamento é objeto de escândalo: Uma judia de coração científico? Mas vai além: “Quanto mais o julgado é mediocre, menos é responsável”.

Cada caso deve ser contextualizado a seu tempo. Anistias, em geral, são atos de generosidade dos vencedores frente aos vencidos. Quando resultam de uma complicada acomodação política, estão sujeitas à mudanças das circunstâncias em que foram produzidas. A questão no Brasil é saber o quanto as circunstâncias permitem a revisão de alguns conceitos a respeito.

De tempos em tempos vem o teste. Agora, o caso polêmico de Amarildo. Se no regime militar eram estudantes da classe média, agora são os moradores de

periferia que diariamente desaparecem, constatando-se uma mudança no perfil dos “desaparecidos” de hoje.

Segundo estudo do sociólogo Michel Misse (UFRJ), divulgado pela OAB na campanha “Desaparecidos da Democracia”, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia entre 2001 e 2011, sendo que grande parte nem sequer é notificada. Os desaparecimentos são extremamente difíceis de serem processados, tanto pelas famílias, como pela sociedade, posto que corresponde a uma ausência de funeral, onde a parte processual da investigação e busca torna-se ainda mais dolorida.

Diante de uma prática instalada, cria-se uma situação que pode favorecer a “imobilidade” social, uma atitude “blasé” da sociedade ante a impunidade. Os especialistas afirmam que uma característica marcante do sistema brasileiro é ser universal na filiação e na lei, mas desigual na distribuição dos benefícios, sendo que os crimes impunes respaldam a permissividade da violência. A cidadania é sempre um processo em construção, e qualquer sistema que considere ofensa a legitimidade das “vozes” é incompatível com a soberania democrática.

O paralelo ao caso do julgado nazista é que Arendt distingue a verdade de fato da verdade de razão. Em nosso país, onde tantas vítimas se encerram e familiares convivem com seus algozes, será possível simplesmente esquecer o assunto e levar a vida como se nada tivesse acontecido?

HÁ 50 ANOS

FOTO: PROJETO ACERVO DIGITAL / WWW.AGENCIAAG.COM.BR

Tribunal de Justiça desconhece acôrdo de Chiquinho na Região Contestada

Nôvo Secretário do Governo toma posse terça-feira

A GAZETA

Banco de Crédito Agrícola assina acôrdo, mas greve pode continuar

Reunião para desenvolvimento

Tribunal de Justiça não reconhece acôrdo do Contestado

Tribunal de Justiça não reconhece acôrdo do Contestado

Ao analisar os termos do Acordo do Contestado firmado entre os Srs. Lacerda Aguiar e Magalhães Pinto, após apreciar o decreto do chefe do Poder Executivo do Espírito Santo, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado enviou ofício ao governador Lacerda Aguiar afirmando que não pode aceitar e reconhecer de antemão o instrumento, até que a Assembleia Legislativa o referende.